

V Jornadas de Sociología de la UNLP. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, La Plata, 2008.

Ciências humanas, poder e formação de elites.

Gutierrez, Gustavo Luis.

Cita:

Gutierrez, Gustavo Luis (2008). *Ciências humanas, poder e formação de elites*. V Jornadas de Sociología de la UNLP. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, La Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-096/258>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/edBm/Nmy>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/ar>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Ciências humanas, poder e formação de elites

Gustavo Luis Gutierrez

Prof. Titular, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), San Pablo

glgutierrez@terra.com.br

A produção científica se dá no interior de organizações formais, e quanto mais complexa a rede de recursos técnicos necessária, é natural que mais complexa e diversificada seja a instituição em questão. Toda organização é, por definição, conservadora, ou seja possui uma manifesta tendência a só aceitar as inovações através do típico, através do que já tem uma tradição de desenvolvimento entre seus quadros. Esta é uma característica que vem sendo apontada há muito tempo, a partir da discussão a respeito dos efeitos perversos da racionalização burocrática. No caso específico da ciência, o princípio da autonomia universitária com relação ao poder político, econômico, e até mesmo religioso objetivava desenvolver internamente um clima organizacional de absoluta liberdade, mais propenso portanto à criatividade e a encontrar soluções inovadoras, ou até revolucionárias. Ao meu ver, esta concepção é essencialmente verdadeira. O lado ruim da equação é que a falta absoluta de controles e avaliações pode levar a existirem pessoas acomodadas, sem referências, que terminam por não se envolver sequer minimamente com atividades de pesquisa e docência. Os processos de avaliação que atualmente estão sendo implantados no Brasil, contudo, não parecem estar resolvendo esta questão. Por um lado, perdeu-se a liberdade que propiciava a criação inovadora e, pelo outro, se antigamente o universo acadêmico se dividia entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam, agora ele se divide entre os que trabalham e os que fingem que trabalham. Isto com duas grandes desvantagens:

- Os que trabalham precisam parar o que estão fazendo para preencher relatórios que mostram, de forma extremamente confusa e limitada, que estão trabalhando.
- Os que fingem que trabalham, como só se concentram nisso, podem terminar saindo-se melhor no preenchimento dos referidos relatórios.¹

Esta crítica já era colocada nos anos oitenta com relação às organizações em geral, mesmo que o ambiente universitário ainda não estivesse sob um processo de burocratização tão intenso como hoje em dia. O prof. Maurício Tragtemberg, por exemplo, ensinava em suas aulas que nas organizações os meios se tornam fins, e os fins se perdem. Procedimentos

¹ A este respeito, consultar:

GIANNOTTI, J. A. A universidade em ritmo de barbárie, São Paulo, Brasiliense, 1986.

institucionalizados de avaliação são meios para que a organização científica atinja melhor seu objetivo de excelência nas atividades fins de docência e pesquisa. No dia a dia, contudo, a ênfase passa a recair sobre os próprios instrumentos de avaliação, perdendo-se de vista os verdadeiros objetivos. São antigas as ironias que refletem esta realidade, como “é mais importante parecer ser, do que ser”, ou ainda “não interessa o fato, mas a versão do fato”. Avançar nesta análise sobre a sociedade contemporânea, incorporando as críticas que já eram apontadas na década de oitenta, só parece possível a partir do conceito de um sujeito da ação social que privilegia a articulação dentro de um grupo de referência e através da politização de todo o cenário em função da formação de elites. Estas questões serão melhor desenvolvidas adiante.

A produção teórica no campo de humanas interage com seu objeto de pesquisa de uma forma tão intensa quanto difícil de determinar. Trata-se de constatar a evidência de que a fronteira entre o modelo teórico e sua transformação em ideologias ou crenças que podem alterar, ou condicionar, comportamentos individuais ou coletivos, não é tão clara e delineada quanto seria de se desejar. Claro que sempre se pode argumentar que o modelo teórico apenas antecipou tendências para as quais o coletivo de pessoas estaria predisposto ou sensível, no sentido de tentar preservar uma fronteira minimamente segura entre a ciência e a sua instrumentalização na realidade concreta. Este é um debate circular, e portanto eterno, que pouco acrescenta ao que está sendo discutido aqui. A questão é perceber a importância de manter clareza com respeito ao fato de que a palavra escrita, investida de autoridade científica, pode vir a influenciar os rumos dos acontecimentos concretos, de forma pouco previsível e controlável.

Um modelo teórico transforma-se em ideologia ou crença justamente porque não se propaga num meio neutro e asséptico. Muito pelo contrário, vai ser divulgado no interior de formações sociais atravessadas por conflitos de toda espécie, onde os sujeitos individuais articulam-se racionalmente na busca de benefícios materiais e simbólicos. As pessoas que produzem ciência não estão, portanto, isolados deste ambiente de luta, mas participam ativamente dele, concorrendo entre eles mesmos e com outros grupos profissionais. É aí, e assim, que se produz ciência... da mesma forma como outros produzem geladeiras ou remédios.

Temos assim, finalmente, o cientista investido do poder que a ciência pode lhe dar. Domina um instrumento de produção de conhecimento que o coloca numa posição a partir da qual

poderá perceber o que é vedado a um simples transeunte. Conhecimento para fazer avançar esta mesma ciência, que se supera sistematicamente no tempo, e transforma as condições de existência da humanidade afastando-a do obscurantismo, do sofrimento desnecessário e da ignorância, propiciando uma vida melhor para todos, inclusive para o próprio cientista. Ciência é, também, poder.

No campo das ciências humanas as limitações metodológicas estão muito presentes. São ciências do pensamento onde o limite fundamental é o conhecimento do ser humano pelo próprio ser humano. Este aspecto da natureza da reflexão em ciências humanas é rico em conseqüências. Uma delas é a supervalorização da validação intragrupo do atributo de verdade científica de cada proferimento, entendendo grupo nesta afirmação enquanto o mundo acadêmico subdividido em especialidades. Claro que cada um destes grupos não é nem soberano absoluto na definição da validade do proferimento, e nem tampouco autônomo e independente com relação ao mundo que o rodeia. Igualmente, não se constitui internamente de forma homogênea e coerente, embora possam existir consensos básicos, que tendem a ficar mais evidentes no processo de reprodução através da aceitação de novos membros. E, sempre é bom lembrar, existe um padrão bastante rígido quanto à qualidade e densidade da reflexão em humanas, que serve tanto para a ascensão na carreira, como para a divulgação dos trabalhos em congressos, revistas científicas e publicações de editoras particulares. Isto significa dizer que, salvo raríssimas exceções, só se generalizam textos e autores que detêm um conhecimento sofisticado da dimensão formal do trabalho científico, dos padrões de raciocínio da área e das formas consideradas corretas para coleta e tratamento de dados. Assim, ao acompanharmos a produção dos pesquisadores de uma determinada área, podemos perceber uma homogeneidade interna em função das leituras prévias incorporadas, do uso de critérios lógicos, da adequação e validade dos argumentos utilizados, e da ruptura ou continuidade com relação as diferentes posições debatidas entre as escolas de pensamento que constituem o campo de conhecimento.

Para obter sucesso em qualquer atividade humana, ou até mesmo para conseguir compreendê-la minimamente, a maneira pela qual o agente da ação social se insere num grupo de referência é uma variável fundamental. Não é sem motivo que os cursos de ciências sociais começam com a afirmação de que o homem é um ser social. A política, no sentido da busca do poder, termina por atravessar todas as dimensões da vida e da produção humanas. Mesmo nas áreas de exatas e biológicas, ninguém tem acesso aos caros recursos da pesquisa

contemporânea sem passar antes por um processo de seleção que é parcialmente determinado por variáveis de afinidade política e emocional. Isto significa dizer que só produz ciência quem é aceito por uma parcela significativa de algum grupo que controla a produção científica numa área, ou de uma parte relativamente autônoma dela. O requisito inicial para participar do jogo já foi apontado: dominar o instrumental formal e técnico indispensável para dialogar num campo de conhecimento específico. A partir daqui, todo o processo se torna mais difícil de determinar.

A primeira questão que qualquer grupo social, mais ou menos homogêneo, vai levar em conta para a tomada de decisões é, precisamente, a sua própria sobrevivência e expansão no tempo. Neste sentido, o primeiro objetivo da ciência, produzida pelos cientista, é perpetuar e tentar melhorar as condições para que continuem existindo, no futuro, cientistas produzindo ciência. Esta característica de auto-reprodução no tempo, que está presente em todos os campos da atividade humana, requer para a sua melhor compreensão no que se refere à produção nas ciências humanas ter presente a especificidade da área. Sempre que se fala em corporativismo, os primeiros grupos que vêm à mente são aqueles com formação acadêmica, como médicos, advogados e professores. O aspecto negativo que a expressão carrega em si mesma, contudo, não corresponde exatamente à realidade, ou pelo menos corresponde apenas a uma parte da realidade. Na verdade, o espírito de corpo que caracteriza os membros de algum grupo tanto pode servir para acobertar práticas indevidas frente ao resto da sociedade, como também para preservar a sua existência e permitir que continue desenvolvendo no tempo um trabalho socialmente útil. Mas, de qualquer forma, para efeito deste texto, o que interessa destacar é a existência de um objetivo primeiro na produção científica que é a sobrevivência e expansão das condições para continuar fazendo ciência no futuro.

O ponto que deve ser destacado é a necessidade da construção de consensos relativos para a aceitação, e legitimação, das diferentes concepções. Como a comprovação, em humanas, não pode fundamentar-se em experiências com resultados incontestáveis, o consenso será um elemento essencial para a produção de narrativas aceitas como científicas. Isto leva a que a luta generalizada entre escolas de pensamento, comum a toda a produção de conhecimento, apareça mais claramente nas ciências humanas. Este aspecto não desmerece de nenhuma forma a área, e nem tampouco questiona seu papel no desenvolvimento da sociedade. É apenas um aspecto característico importante que deve ser considerado ao pesquisar o tema. A validação dos proferimentos enquanto verdade relativa vai se dar num contexto onde estarão

presentes, em maior ou menor grau, mas de forma inevitável, análises determinadas por questões subjetivas e juízos de valor.

Quando falamos de ciências humanas estamos nos referindo a uma área de conhecimento onde um proferimento é verdadeiro, antes de tudo, pelo reconhecimento da sua validade intragrupo, e depois pela aceitação mais ou menos generalizada de sua correção e efeitos úteis para o ordenamento social. A produção do conhecimento, neste campo, tem uma grande dependência, para a sua aceitação e legitimação, da construção de um consenso mínimo entre os pares, assim como no sentido mais amplo da sociedade. Nenhuma área pode sobreviver sem a legitimação interna e a aceitação coletiva via meios de comunicação de massas e instituições estatais. A questão fundamental é conseguir perceber até que ponto esta relação é mais crucial, e portanto mais tensa, quando estamos nos referindo à área de humanas. E ela é crucial e tensa em todos os sentidos, inclusive porque a luta que vai determinar a distribuição de verbas de incentivo à pesquisa e, portanto definir as diretrizes do desenvolvimento futuro da ciência, passa pela aceitação de uma “explicação de mundo” específica, entre as que caracterizam as diferentes escolas de pensamento existentes no campo.

Vamos nos deter um pouco nesta questão. Aqui três expressões são fundamentais para a compreensão da idéia: (a) verbas, (b) desenvolvimento e (c) explicação de mundo. A primeira (a) é muito clara: não se faz pesquisa sem dinheiro, e o acesso ao dinheiro não ocorre de forma aleatória mas é proporcional à força política, e o poder de convencimento, de grupos identificados com interesses específicos. Como os economistas já nos ensinaram que os recursos, por definição, são escassos, pode-se prever uma luta ferrenha. Esta luta, contudo, não surge do nada e nem tampouco é exclusiva do campo da produção de conhecimento. A intervenção do sujeito social vai ser definida a partir da sua decodificação pessoal de uma realidade concreta onde o (b) desenvolvimento científico apresenta-se com características próprias, historicamente construídas, e resultante, em termos resumidos, de vários fatores entre os quais podemos destacar os conflitos da sociedade como um todo, a constituição dos diferentes grupos e, finalmente, a própria dinâmica interna de evolução da ciência, entendida aqui como paradigma ou busca permanente da verdades relativas às condições disponíveis em cada conjuntura. Esta definição de desenvolvimento científico procura reforçar a percepção da ciência enquanto processo que sofre, regularmente, pressões externas (no sentido de serem independentes da sua própria lógica e historicidade) para que avance numa direção em detrimento de outras.

Isto pode ser aplicado para todos os campos: por exemplo, a distribuição de investimentos entre a pesquisa de remédios para a AIDS e a pesquisa de vacinas atende a critérios definidos pelo campo da produção científica? Nas ciências humanas se, por um lado, seus produtos não possuem o mesmo potencial de gerar lucros que algumas das soluções das ciências biológicas e exatas, por outro lado seus produtos podem vir a interferir nas futuras (c) “explicações de mundo” com as quais será necessário dialogar para a manutenção no tempo dos critérios de distribuição de verbas. O pesquisador em ciências humanas, fazendo uma analogia simplista, não joga o jogo de fazer ciência a partir de algumas regras aceitas e conhecidas, ele joga para transformar ou reforçar as próprias regras. Como a prova empírica não serve para resolver a luta entre as diferentes concepções, todo produto da área está comprometido com o reforço/renovação de uma escola de pensamento e/ou a destruição de outras. A aceitação da validade do proferimento, e o conseqüente prestígio do autor, estão imbricados, desde o início e sempre, com a luta entre estas escolas. É neste sentido que deve ser compreendida a afirmação a respeito da natureza crucial e tensa da relação entre, de um lado, a produção de conhecimento nas ciências humanas e, do outro, sua legitimação interna e aceitação coletiva via meios de comunicações de massas e instituições estatais.

Enquanto a produção mais característica das ciências humanas executa um movimento circular completo (a-b-c-a), nas outras áreas a maioria das pesquisas se move numa relação mais simples, entre as (a) verbas e o (b) desenvolvimento. Claro que isto reflete o momento atual, onde as áreas de pesquisa estão bastante delineadas e caracterizam-se por uma forte especialização. Na origem da ciência moderna podemos encontrar exemplos do movimento circular completo independente do campo de atuação. Galileu e Darwin servem para ilustrar a afirmação.

É fácil perceber que as ciências humanas não constituem um assunto tranquilo. Dão pouco lucro e podem gerar muitos problemas... não deve ser sem motivo que as ditaduras, de direita e esquerda, sempre se preocuparam em exercer alguma forma de controle sobre elas. Num regime de hegemonia liberal é perfeitamente coerente que o controle se faça através da articulação política e, principalmente, da distribuição de verbas, visando uma reconversão útil na perspectiva da construção de consensos a respeito de explicações de mundo adequadas, e portanto conservadoras. Mas, atenção, não vamos esquecer que isto ainda é menos ruim do que ter a polícia política censurando, prendendo e torturando.

Num espaço mediado pelo mercado, os cientistas precisam, para a sua própria sobrevivência, e da ciência como um todo, de uma aprovação popular que só pode surgir da relação com os meios de comunicação de massas. Um dos caminhos é esforçar-se para tornar leve e divertida as manifestações científicas. O problema aqui é o limite, pois em nome do fim do elitismo da academia, podem justificar-se simplificações, e até deturpações, que comprometem a especificidade dos conteúdos e facilitam uma instrumentalização equivocada no meio social. O processo de produção científica, reforçando a definição anterior, parece evoluir em função destes três eixos fundamentais. A validação da formulação entre pares, ou seja, uma certificação interna da legitimidade científica da narrativa; atender, enquanto uma formulação relativamente mais eficiente, a interesses específicos de expansão de poder do grupo de referência imediato dentro do campo científico, e deste como um todo; e finalmente a aceitação coletiva da formulação em função da sua proximidade, ou uma coincidência relativa, com a cosmovisão, ou ideologia, ou ainda o imaginário popular hegemônico naquela conjuntura, aferida através da sua divulgação reducionista e simplificada pelos meios de comunicação de massas.

Neste mercado de trabalho, igual que em qualquer outro, a grande maioria dos profissionais fará uma passagem discreta. Suas teses e artigos serão rapidamente esquecidos, ou simplesmente ignorados desde a origem, e as aulas das suas disciplinas constituirão uma lenta, e eventualmente sofrida, caminhada até a aposentadoria. Tudo isto temperado por algumas lembranças agradáveis da convivência com colegas e alunos, e uma ou outra viagem memorável, talvez ao exterior. Uns poucos pesquisadores, contudo, vão conseguir atingir um lugar de destaque. Seus artigos serão xerocados por estudantes curiosos e suas teses, na forma de livros, vão ficar bem visíveis nas prateleiras das livrarias. Com um pouco de sorte, enquanto avaliam as homenagens que vão prestigiar (e as que devem recusar por questões de saúde), poderão assistir seus leitores divididos entre heterodoxos, ortodoxos, radicais, neo etc. e suas opiniões sendo divulgadas, em frases curtas e simples, pelos meios de comunicação de massas. Constituem a elite do campo de produção científica.

O conflito entre objetivos pessoais e da instituição é uma questão recorrente no campo de estudos da teoria das organizações, impulsionado inclusive por um custo crescente dos controles internos. O resultado concreto é que, frente a uma tecnologia muito desenvolvida, e ao uso intensivo de formas de comunicação extremamente rápidas e ágeis, as pessoas que

ocupam posições de poder nas organizações têm muitas chances de utilizar privilégios em benefício próprio, ou de um grupo de referência próximo. E estão explorando as chances de forma sistemática e organizada.

Neste sentido, a intenção é destacar a idéia de que o conjunto mais amplo dos sujeitos envolvidos com a produção de relatos nas ciências humanas constitui, não somente mas também, um sistema de formação de elites que depende, para conseguir expandir-se no tempo, de uma articulação eficiente com a normatividade apropriada. Normatividade esta que, nos dias de hoje, estaria pautada pela tensão entre a dimensão ética da origem meritocrática da proposta original do capitalismo revolucionário, e suas reconversões e adaptações aos interesses criados e à necessidade da manutenção de grupos de elites. Frente ao crescimento do número e especificidade das elites, e a permanente necessidade, desde a perspectiva individual, de conseguir integrar-se a alguma delas para obter um acesso diferenciado às oportunidades de vida, a personalização do poder dos cargos nas organizações surge como a alternativa lógica de ação, no contexto do capitalismo maduro.

Não faz sentido imaginar que o ambiente da produção científica, as universidades e os institutos de pesquisa, pode permanecer imune às grandes transformações que sofrem as organizações de uma forma geral. A maneira pela qual o ambiente acadêmico vai se apropriar e retrabalhar internamente estas características, contudo, possui particularidades em função de aspectos específicos da sua cultura. As universidades têm mil anos de história, e a partir da Revolução Industrial passaram a ocupar um lugar fundamental no desenvolvimento técnico e econômico, assim como têm sido palco de importantes lutas políticas. Esta carga de historicidade faz com que o pesquisador sinta-se como um elemento muito importante na grade geral de distribuição do trabalho. Ele não produz geladeiras, produz ciência! Não faz diferença, para este texto, discutir se essa percepção corresponde à sua verdadeira posição no sistema produtivo, mas apenas apontar a sua presença no imaginário do grupo. Ao mesmo tempo, fica mais claro para o pesquisador, a cada dia que passa, o processo de desvalorização do seu trabalho, dentro da dinâmica mais ampla da precarização do trabalho como um todo. Isto o leva a lutar para manter os benefícios que outras categorias profissionais tinham ontem, e que já perderam. O fim da “torre de marfim”, a entrada do pesquisador num mercado caótico, sem mecanismos de segurança social e avaliado por critérios quantitativos de produtividade, gerou enfrentamentos num primeiro momento. Depois, frente a um contexto de

derrota generalizada das conquistas trabalhistas, vamos encontrar a articulação de formas de resistência clandestinas, e a busca de alternativas individuais de sobrevivência.

Neste contexto, uma das questões centrais é a apropriação pessoal dos postos de poder, através de um exercício cotidiano que privilegia interesses de natureza essencialmente individual. Esta prática, enraizada nas formas tradicionais de propriedade e típica das organizações complexas, é engendrada pela generalização de acordos informais e o desenvolvimento de fidelidades pessoais e empatias inerentes à convivência. Assim, cada membro situa-se num ponto específico de uma grande rede de interesses, extremamente difícil de retratar e compreender, tanto em função de sua clandestinidade, como pelo fato de variar rapidamente no tempo.²

As relações de trabalho em geral, a produção de conhecimento especificamente e a formação das elites, portanto, devem ser compreendidas nesta perspectiva, onde as posições ocupadas pelos sujeitos vão ser definidas, se não somente pelo menos em grande parte, em função da inserção pessoal nesta rede de interesses constituída no tempo. O favorecimento sistemático das pessoas identificadas com o grupo torna-se o critério fundamental para a composição das elites no tempo. A tese aqui, portanto, é que uma prática considerada secundária, ou uma simples disfunção do modelo meritocrático, que se inaugura com o triunfo do capitalismo frente à sociedade feudal, ao se tornar generalizada e recorrente, passa a ter um papel determinante nas relações de poder no seio da sociedade, apontando para um critério de propriedade distinto do público e do privado, e que vai caracterizar-se pela utilização pessoal de postos de mando nas organizações, através da inserção numa rede de troca de favores secreta que se transforma constantemente no tempo. É a “sociedade dos amigos”. A partir do momento que uma parcela significativa das pessoas, em situações de exercício do poder, chegam às suas posições através de práticas desta natureza, surgem três fenômenos que permitem e incentivam a sua própria reprodução. Em primeiro lugar, os membros do coletivo

² Acusações deste tipo de comportamento são divulgadas pela imprensa praticamente todos os dias. Apenas a título de exemplo, o jornal O Estado de S. Paulo, de 16 de novembro de 2002, na pag. B7 reproduz uma matéria do The Washington Post intitulada “Crise ética desafia a reputação de Weill, o líder do Citi”. Aqui, o articulista Ben White descreve o modelo de gestão criado por Stanford Weill onde “os componentes chaves do financiamento trabalhavam juntos, sob o mesmo teto”, e comenta: “a questão é se os íntimos relacionamentos entre os analistas de ações e valores, os banqueiros de investimento e outros atores financeiros criaram conflitos que encorajaram companhias a enganar investidores e dar vantagens a grandes clientes.” No dia 20 de novembro, quatro dias depois portanto, podia se ler na Revista Carta Capital ano IX, número 216, pag. 52, um artigo sobre as tentativas da Xerox de recuperar a sua imagem após a descoberta da manipulação do seu balanço num valor de 6,4 bilhões de dólares.

que manifestam preferência e habilidade para a utilização desta rede enquanto forma de ascensão e permanência no corpo de uma elite qualquer tendem a se reconhecer e se solidarizar, frente às ameaças externas que possam prejudicar a sua prática, mesmo que individualmente pertençam a grupos distintos e em conflito. Em segundo lugar, mesmo que a prática em si venha a ser condenada no discurso, a sua ampla disseminação tendem a gerar uma tolerância crescente em todo o corpo da sociedade. E, finalmente, um fascínio pelas recompensas financeiras e facilidades decorrentes da flexibilidade de procedimentos que estas práticas possibilitam aos seus participantes.

O policial, pensando inclusive em seu salário, termina por achar natural dar uma “carteirada” de vez em quando. Os políticos incorporam sobras de campanha aos seus orçamentos pessoais, as sobras de um financiamento extra orçamentário sem o qual é impossível vencer nenhuma eleição. Os médicos, depois de sobreviverem a um período de residência na faculdade sob condições de trabalho inimagináveis para qualquer outro profissional, consideram que merecem o direito de fugir dos plantões sempre que possível e prescrever, principalmente na iniciativa privada, procedimentos lucrativos desnecessários, de preferência inócuos. Os professores, frente à piora das condições de trabalho e expostos a formas de avaliação que raramente conseguem expressar a qualidade da sua produção, deparam-se com um sistema de trocas que lembra o escambo, onde vagas nas pós graduações podem significar fontes complementares de renda, assim como as publicações, citações e a contratação de afilhados. Os executivos, entre o enfarto e a constatação de que, de repente, podem possuir pouca empregabilidade, trocam curriculums, favores, informações, referências, e se apropriam de todas as mordomias possíveis das empresas, chegando ao extremo da fraude pura e simples. Jornalistas... bem, vamos deixar de lado os jornalistas. O limite da ação que deve ser considerada efetivamente anti-ética, ou até criminosa, passa portanto a ser cada vez mais elástico, inclusive porque todo estes cidadãos convivem diariamente com a impunidade de práticas muito mais violentas, que podem colocar em risco a sobrevivência da pessoa, das organizações e até de sociedades inteiras, como a violência urbana ou o crime organizado.

Entre a propriedade pública e a privada surge então, no vácuo de um modelo meritocrático que não se realiza totalmente, uma outra forma de propriedade, caracterizada pela apropriação pessoal de posições de poder, cujos membros se reconhecem a partir de práticas comuns e específicas. Sempre existiu, na sociedade, alguma forma de lealdade e favorecimento entre pessoas e grupos que se identificam. A novidade está em que estas práticas, consideradas

secundárias, ou então como desvios esporádicos no movimento dos sujeitos e classes sociais, tornam-se uma regra ao constituir o caminho mais viável, ou até mesmo o único, para a ascensão e manutenção individual no interior de uma elite.

Esta realidade de distribuição de poder tem duas conseqüências fundamentais. A primeira é que as elites passam a ser compostas por elementos assustados já que existe sempre a possibilidade de uma traição intra grupo (a exclusão de um membro pode significar ganhos materiais e simbólicos para os demais), assim como ameaças externas em função do funcionamento de um estado de direito através do qual o agente da ação social pode vir a sofrer condenações na justiça, ou com relação à opinião pública cuja manipulação pode levá-lo a uma condenação informal, porém não menos prejudicial. Como, na prática, o discurso da justificação meritocrática da formação das elites no capitalismo atual não pôde ser, pelo menos até agora, totalmente abandonado, todo membro de uma elite é refém de um julgamento improvável, porém não totalmente impossível, onde ele terá que provar seu “valor” tanto em honestidade e generosidade, como com relação a competências específicas. Como ele, e seus pares, sabem o caminho que trilharam para chegar ao consumo privilegiado de bens materiais e simbólicos, a sensação de insegurança passa a ser maior quanto mais eficientes forem os mecanismos da justiça e mais sensível a opinião pública aos meios de comunicação de massas. Em compensação, se a situação individual pode vir a sofrer transformações no tempo, o modelo como um todo não sofre nenhuma ameaça organizada e coletiva. O risco é, em essência, um efeito secundário da luta entre diferentes sujeitos no processo de ascensão e permanência dentro do corpo de uma elite. A segunda conseqüência refere-se ao fato de que a atual expansão de uma postura conservadora no seio da sociedade não é resultado de uma recuperação ideológica de valores conservadores em si, mas apenas uma reação de imobilismo das elites frente à impossibilidade de mostrar, com um mínimo de clareza, o império de uma dinâmica generalizada de troca de lealdades e favores, que interessa manter funcionando a qualquer custo. O resultado é a sociedade paralisada frente a todos os seus desafios, já que tentar resolver qualquer problema, pode trazer no seu bojo a discussão do critério contemporâneo de formação de elites. Assim, nada é efetivamente resolvido: corrupção, drogas, violência, prostituição e pornografia infantil, fome, miséria, etc. continuam presentes no cotidiano independente de qualquer discurso ou prática.

Embora os membros das elites sejam, por definição, pouco numerosos, sua presença dissemina um comportamento padrão de acordo com a corrupção branda. Isto é possível

porque, independente da pequena probabilidade real de alguém vir a constituir-se em elite no futuro, o comportamento de grande parte dos agentes de ações sociais termina sendo moldado através da convivência ou de alianças táticas.

Parece conveniente avisar desde já que a hipótese de que a maioria das pessoas nas organizações compactua com algum grau de corrupção na esperança de alcançar um nível melhor de consumo (ou não ser rebaixado do nível que conseguiu atingir) não deve ser defendida em projetos de dissertação ou tese. É o tipo de proposta que ninguém deve tentar desenvolver. Não que ela seja impossível de provar. É pior que isso. A simples tentativa de prová-la esvazia a assertiva de conteúdo de verdade. Senão vejamos, vamos imaginar dois cenários distintos, tendo sempre presente que o autor que defende a hipótese participa de uma ou várias organizações. Digamos que, no primeiro cenário, o proponente seja um pesquisador destacado, com produção expressiva e um trabalhador incansável no sacerdócio do ensino. Muito bem, a sua simples existência desqualifica a tese proposta acima. Por outro lado, num segundo cenário, podemos partir do princípio de que o autor seja um pessoa de limitados dotes intelectuais e reconhecida tendência à preguiça, que conseguiu distinguir-se entre algumas centenas de pesquisadores (muitos deles bem mais competentes) através do encanto pessoal e da habilidade para se aproximar das pessoas certas e evitar conflitos. Neste segundo cenário, o proponente é um carreirista mistificador, ou seja, um sabido em vez de um sábio. Oras, ninguém em sã consciência pode levar a sério a tese proposta por este tipo de pesquisador.

Além disso, outro fator que pode dificultar ainda mais a discussão é a tendência, comum nas pessoas, de evitarem as coisas desagradáveis. É de se esperar que o ouvinte, ou o leitor, manifeste uma tendência a registrar mais facilmente exemplos construtivos de trajetórias nobres e altruístas enquanto bloqueia as referências que apontam para uma situação na qual estaria cercado de pessoas desonestas que, ainda por cima, articulam-se entre si num sistema de alianças.³

Assim sendo, entre as várias contradições contemporâneas temos também o “paradoxo do desonesto”: é impossível provar que a maioria das pessoas são desonestas porque, ou eu sou

³ Toda esta discussão também pode ser facilmente resolvida acusando o proponente de paranóico. O argumento apresenta duas vantagens: desqualifica a proposta sem ter que discuti-la e coloca quem acusa na posição de representante da saúde e normalidade, obrigando o proponente a provar que não é doente mental, o que nunca é fácil.

honesto e a tese não se sustenta, ou eu sou desonesto e a tese é mentirosa. Claro que isto tem que ser percebido no contexto geral de personalização das formas tradicionais de propriedade, enquanto decorrência do desenvolvimento dos processos de mercantilização das relações sociais, precarização das formas de sobrevivência do trabalhador assalariado e sobre valorização da individualidade, que acompanham a evolução das relações econômicas contemporâneas. Ou seja, não se trata de defender a tese de que toda pessoa que consegue ascender a uma posição de elite, em algum campo de atividade, é desonesto porque possui um desvio inato de caráter. A idéia é mais complexa, e talvez até mais perversa: o desenvolvimento atual da sociedade impõe a generalização de um tipo de comportamento social que inviabiliza qualquer tentativa de acesso às elites que não seja através da troca de favores e articulação de alianças, onde a dimensão ética é esvaziada. E é justamente por conta deste paradoxo do desonesto que não se consegue, e nada indica que vá-se conseguir a curto prazo, resolver efetivamente nenhum problema real.

O requisito essencial para a vigência do “paradoxo do desonesto” é o alto grau de especialização das funções. A complexidade dos diferentes papéis profissionais faz com que apenas os próprios componentes de cada grupo detenham o conhecimento específico para compreender a dinâmica do seu tipo de atividade. Assim, só os médicos podem ter autoridade para emitir juízos sobre a prática da medicina ou os professores sobre a academia. O mesmo fenômeno se repete em todas as instituições da vida contemporânea. A partir do momento que grande parte da polícia, dos políticos, dos magistrados, jornalistas, cientistas, professores, médicos, advogados, frentistas de postos, pedreiros, etc. ascendem a cargos de poder, dentro de cada campo de atuação, em função de lealdades pessoais e troca de favores, é absolutamente impossível provar a vigência de um sistema fundamentado nestes valores. Uma consequência importante deste modelo de reprodução de elites, como já foi colocado, é o imobilismo generalizado, que atualmente é confundido com um retorno a valores conservadores. Na verdade, o que assistimos hoje não é o crescimento de uma ideologia conservadora, no seu sentido literal de tentar impedir as novidades e preservar tradições. O que acontece efetivamente é que a partir do momento em que as elites dos diversos grupos importantes para a definição das alternativas políticas a serem adotadas pela sociedade são compostas através de troca de favores e construção de lealdades pessoais, a fragilidade das posições ocupadas e a necessidade do segredo com relação aos mecanismos reais da distribuição assimétrica de oportunidades de vida, coloca o imobilismo como a opção de menor risco.

A partir da superação do direito de nascença enquanto critério para a formação de elites, o capitalismo vem oscilando entre uma posição mais oligárquica de manutenção do atual quadro de acesso privilegiado aos bens materiais e simbólicos, frente a outra posição mais meritocrática de distribuição das oportunidades de vida, mais próxima portanto das suas origens revolucionárias. É preciso não esquecer, porém, que a contribuição à melhoria do sistema como um todo está sempre presente enquanto um critério que deverá ser levado em conta para a formação das elites. Mas esta contribuição só é possível a partir de posições específicas dentro das organizações, às quais não se pode chegar apenas em função de um potencial futuro de competência técnica. O modelo de reprodução de elites, então, funciona a partir de uma composição entre a origem familiar do sujeito da ação, seu capital de relações sociais e sua capacidade em contribuir para a renovação conservadora da base produtiva. É fácil perceber aqui a importância de um pacto entre membros que se identificam e reconhecem, procurando construir redes de alianças que aumentem as possibilidades de integração e manutenção no interior destas elites. Qualquer resquício de fidelidade, ou de honra, fica assim limitado ao grupo de referência que, em última instância, é o responsável pela acesso diferenciado ao consumo de bens materiais e simbólicos.

Podemos afirmar, em resumo, que o poder corresponde à capacidade em articular e manter alianças úteis no tempo. O poder é a aliança. O amadurecimento do modelo industrial de produção trouxe uma maior mobilidade social e uma multiplicação de elites reconhecidas socialmente. O critério ideológico para justificar esta mobilidade, que está na origem do capitalismo revolucionário, é uma concepção meritocrática que nunca chega a realizar-se plenamente (a não ser que se considere como medida de mérito a capacidade em articular alianças úteis). O resultado é que a inserção no corpo de uma elite qualquer passa a ser um fim em si mesmo, onde o único e suficiente critério de legitimidade é o sucesso. Como toda elite é, por definição, um coletivo de pessoas que aceita, mantém e dentro de determinados limites defende seus membros, na atualidade o acesso diferenciado ao consumo de bens materiais e simbólicos é determinado pela capacidade de manter alianças úteis. É claro que o processo não é igualitário e, muito menos, transparente. As pessoas partem de situações familiares e pessoais distintas, além das diferenças individuais de capacidade para atender as necessidades específicas de cada grupo.

As universidades, e a produção do conhecimento científico, não constituem uma exceção neste cenário. Pelo contrário, sofrem sua influência de forma clara e direta. Neste caso, é preciso ter presente que a “vocação” acadêmica passa, em geral, por um capital cultural familiar importante, o que coloca o candidato a cientista numa expectativa de consumo acima da média, e torna extremamente doloroso ver-se pior remunerado que, por exemplo, um técnico de manutenção de aquecedores a gás. O pesquisador da área de humanas, depois de escolher uma “porta de entrada” inicial, só poderá almejar vir a ser bem sucedido economicamente (entendido aqui como uma reprodução relativa do padrão de consumo de seus pais ou de seu grupo social mais próximo) a partir de uma articulação pessoal que transcenda o ambiente acadêmico e passe por espaços como a política, empresas e os meios de comunicação de massas.

O cenário científico e cultural contemporâneo caracteriza-se pela acomodação da produção intelectual ao fim da experiência do socialismo real. Tudo indica um recuo nas expectativas de transformações políticas a curto prazo. Este último aspecto é particularmente curioso já que a principal característica da modernidade é, justamente, transformações violentas da ordem política e social, e grande parte das ciências humanas e das manifestações artísticas sempre estiveram sintonizadas com este aspecto, e às vezes na sua vanguarda. A idéia de que a globalização matou as revoluções parece tão razoável quanto a de que Marx matou Deus.

Não é recente a acusação da subserviência dos sistemas de produção de conhecimento ao poder estabelecido. Maurício Tragtemberg, num livro publicado em 1979, intitulado “A Delinquência Acadêmica: O Poder sem Saber e o Saber sem Poder”⁴ ilustra como pesquisas em diversas áreas, a exemplo da antropologia e da administração de empresas, serviram como instrumentos auxiliares em projetos de dominação. A partir de um referencial metodológico próprio, que trafega na fronteira entre Marx e Weber, o autor denuncia a utilização dos resultados do conhecimento científico tanto em projetos colonialistas como no contexto da luta de classes das sociedades industriais. Este tipo de crítica tem se tornado cada vez mais raro, num cenário onde a ciência não parece muito preocupada em tentar compreender seu papel no mundo. Outro texto interessante, mais recente, é o de Lyotard⁵, onde o autor apresenta a importância da capacidade intrínseca de uma tese se transformar em

⁴ TRAGTEMBERG, Maurício. A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder, São Paulo, Rumo, 1979.

⁵ LYOTARD, Jean François. O pós moderno (Ricardo Correa Barbosa_), Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

algo vendável e eficaz para a sua validação no campo da produção do conhecimento. Neste caso, a legitimidade dos proferimentos, na ciência em geral e especificamente nas ciências humanas, passa a depender da dimensão performática de busca de expansão do poder, mediada pelo mercado.

Avançando na mesma linha de raciocínio é possível concluir que os pesquisadores, com ou sem muita consciência do processo, são levados a perceber que suas possibilidades concretas de sobrevivência econômica, assim como de visibilidade, passam pela expansão da sua área de atuação e pela criação de “produtos” vendáveis, não em função do conteúdo de verdade, mas pela sua aplicabilidade imediata, ou então por atenderem a anseios do imaginário das pessoas. Isto acarreta uma situação de antropofagia acadêmica, onde uns avançam sobre os outros na expectativa de salvar sua própria área de pesquisa e, dentro dela, seu grupo de referência.

Procurando construir alguns exemplos podemos apontar, entre outros, a sucessão de novos conceitos lançados pela área de administração de empresas. Somam-se expressões e discussões como reengenharia, qualidade total, empregabilidade, administrando com Cristo, missão da empresa, etc., num contexto onde é difícil perceber o que efetivamente traz algo de novo, ou é uma simples transformação a partir do típico. As ciências sociais e a história, fazendo interface com a literatura e respondendo à acusação de serem herméticas por utilizarem uma linguagem difícil (o chamado “ranço” acadêmico), rebaixam as pesquisas ao nível de uma enorme e divertida fofoca, privilegiando os temas da moda. A geografia, encurralada num planeta com dimensões e características finitas, avança em discussões que antes eram exclusivas da filosofia, da política ou da economia, redefinindo seu objeto como uma ampla compreensão do homem no espaço. A biblioteconomia, tentando fugir do isolamento das bibliotecas, elege a informação como seu objeto de pesquisa e atropela a administração de empresas, tentando vender no mercado projetos que prometem ensinar as organizações a lidarem melhor com a informação.

Seria possível alongar a exposição mas creio que estes exemplos bastam para ilustrar a idéia. O importante aqui, ao lado da dimensão performática, é perceber que o processo de antropofagia acadêmica integra-se num movimento mais amplo de personalização dos postos de poder no interior da produção institucionalizada de conhecimento, enquanto forma de inserção e manutenção pessoal no corpo das elites. Isto deve ser compreendido nos limites da

falência de qualquer expectativa utópica de transformação da sociedade em algo melhor, assim como condicionado pelo fato da idéia de meritocracia, original do capitalismo, ter perdido parte do apelo que possuía no sentido de legitimar a distribuição assimétrica de oportunidades de vida. Uma consequência imediata é o esvaziamento do papel da “porta de entrada”, já que não significa mais o compromisso com uma prática específica de intervenção política. O exercício de conhecer profundamente um autor importante, que explicitava algum tipo de posição com relação aos modelos de normatividade apropriada do período, assim como suas fontes e seguidores, constituía um elemento importante na formação e amadurecimento intelectual do pesquisador, dando a longo prazo coerência ao seu trabalho como um todo. No início da aprendizagem, contudo, a idéia de transformar o mundo, essa relação entre a pesquisa de um teórico e a política, constituía um elemento de forte motivação para que o jovem estudante, geralmente idealista e curioso, investisse tempo e esforço na leitura e na reflexão. O esvaziamento desta dimensão tende a transformar o ingresso no campo numa simples identificação entre pares, com o objetivo principal de localizar possíveis membros de alianças estratégicas, na luta por benefícios materiais e simbólicos.

Esta forma de perceber a atual produção do conhecimento aparece no discurso da área, em diferentes momentos. No suplemento cultural de um jornal paulistano pode-se ler o seguinte: “Pensando melhor, veremos que a intelectualidade nunca esteve tão engajada. Rara mesmo, em nossos dias, é a ‘torre de marfim’. Acredito, aliás, que a crítica independente, sem patrocinador nem interesse direto à vista, é o que mais está nos fazendo falta. Quase todos estamos empenhados, suponhamos, na administração pública, nalgum partido, num departamento de universidade, numa firma de pesquisa, num sindicato, numa associação de profissionais liberais, num setor de relações públicas, numa redação de jornal, etc. com o objetivo nem sempre muito crível de usar nossos conhecimentos em favor de alguma espécie de aperfeiçoamento e modernização. Assim, um dos impulsos essenciais à idéia do engajamento que mandava trazer a cultura dita desinteressada ao comércio dos interesses comuns, se realizou plenamente. O que não ocorreu foi a esperada diferença democrática que esta descida à terra faria. Na falta dela, o compromisso social dos especialistas, incluída aí a dose normal de progressismo, é o mesmo que ir tocando serviço, e a combatividade do

engajamento pode ter algo de lobby de si mesmo”.⁶ Ou ainda, “na vertigem da mediocridade intelectual em que se transformaram as humanidades e as ditas ciências sociais...”⁷

Trata-se de dizer, com cuidado e sofisticação, o que qualquer estudante de administração sabe: antes de fazer o marketing da empresa você deve cuidar do seu próprio marketing. Na verdade, esta prática de fazer lobby de si mesmo sempre esteve presente no meio intelectual e artístico, embora controlado, ou constrangido, pela crítica ética ligada em geral ao compromisso político de tentar construir um mundo melhor. Numa carta de 4 de fevereiro de 1915, Graciliano Ramos escreve à sua mãe “O que eu sinto é morar numa terra onde só se pode conseguir alguma coisa com muito reclamo. Aqui tudo se resume nisto: cada sujeito faz propaganda de si mesmo. Um indivíduo que é burro fala em voz alta, de papo, grita, diz asneiras e às vezes chega a fazer figura diante de outros que são mais burros do que ele. Um animal que tem algum talento afeta uma atitude ultra-humana, quase divina – não conversa: prega; não dá a sua opinião sobre coisa nenhuma: afirma, assevera, pontifica. É dogmático e é intolerante. Não admite que se diga nada que vá contrariar suas doutrinas. É como os padres da Igreja. Enfim, tudo reclamo. Um tipo escreve um livro e vai, ele próprio, engrandecer, pelos jornais, o livro que escreveu. Muitas coisas más conseguem tornar-se boas assim. Eu digo comigo mesmo que meu vizinho é um asno; mas tenho interesse de dizer em público que ele é um gênio. É o elogio pago. Tudo reclamo, em toda parte, a toda hora, sob todas as formas”.⁸ Na verdade chama mais a atenção a falta, nos dias de hoje, da crítica à pilantragem, do que a própria pilantragem em si. Esta falta de crítica aponta para a naturalidade com que passa a ser encarado o “elogio pago”, o “lobby de si mesmo”, enquanto a única forma de obter visibilidade numa realidade onde todas as práticas estão subordinadas à capacidade individual de aliar-se a um grupo de referência. Existe, contudo, uma diferença qualitativa importante entre o reclamo e o lobby de si mesmo. No primeiro caso trata-se simplesmente de alardear as pretensas qualidades de um produto ou autor, já para a segunda prática é preciso um projeto, articulações e até financiamento.

⁶ Paulo Arantes citando Roberto Schwartz no artigo “Dicionário de bolso do almanaque filosófico zero à esquerda”, jornal a Folha de S. Paulo, suplemento Mais!, 5 de janeiro de 1997, pag. 5.

⁷ Luiz Gonzaga Belluzzo, Revista Carta Capital, 13 de fevereiro de 2002, ano VIII, número 176, pag. 62.

⁸ RAMOS, Graciliano. Cartas, Rio de Janeiro, Record, 1985, pag. 45.